**PARECER JURÍDICO - 340/2025**

Assunto: Resposta ao Memorando nº 487/2025 - LIC/SEFAZ

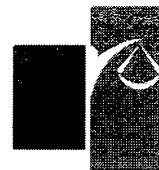
**RECEBIDO**  
EM, 30/06/25  
Nelyse  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**1 - RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 487/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 097/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 049/2025, SRP Registro de Preços nº 047/2025**, tipo **Menor Preço por Item**, com o com objeto de registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e higienização de veículos para atender às demandas de diversas secretarias da Prefeitura de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

A devida solicitação veio através do Setor de Compras / Secretaria de Fazenda sob **CI nº 118/2025 de 04/06/2025**, assinado pela Chefe do Departamento de Compras Tábatha Moreira Grôpo, para atender as Secretarias da Prefeitura de Cataguases, cumprindo as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

A contratação dos serviços de lavagem e higienização de veículos, interna e externa dos veículos da frota oficial, tem por finalidade atender as necessidades da Administração Municipal, visando a conservação do patrimônio público, a salubridade dos ambientes internos dos veículos e a eficiência do serviço público prestado, contribuindo assim, para que os veículos utilizados pelas Unidades Administrativas estejam em perfeitas condições de uso e bom estado de conservação a qualquer tempo, a fim de que os serviços desenvolvidos, dependentes dos veículos, não sofram descontinuidade.

Importa narrar que a higienização adequada dos veículos é medida essencial para:



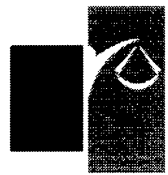
- Preservar o patrimônio público, evitando o desgaste precoce de estofamentos, forrações, pintura e demais acabamentos internos e externos dos automóveis;
- Manter condições de salubridade, especialmente nos veículos de uso compartilhado, reduzindo a exposição a sujeiras, fungos, bactérias e demais agentes que possam comprometer a saúde dos servidores e usuários;
- Assegurar conforto, segurança e bem-estar dos condutores e passageiros, inclusive em deslocamentos oficiais de representantes e autoridades;
- Conservar a boa imagem institucional, garantindo a apresentação adequada dos veículos vinculados ao órgão público;
- Cumprir normas internas de segurança, limpeza e manutenção preventiva da rota, evitando a degradação dos ativos e a necessidade de reparos mais onerosos no futuro.

É importante citar que há inviabilidade da execução direta desses serviços, seja pela ausência de estrutura física e equipamentos apropriados, seja pela necessidade de mão-de-obra especializada e produtos específicos, que garantam a qualidade e segurança dos procedimentos de limpeza.

A classificação dos veículos a serem atendidos pelos serviços de lavagem são:

- **Veículos de pequeno porte:** carros de passeio, camionetas e *picapes*;
- **Veículos de médio porte:** *vans*, *kombis* e micro-ônibus;
- **Veículos de grande porte:** caminhões.

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida tem como parâmetros o histórico de consumo (processo licitatório homologado no último ano) e a demanda enviada pelas secretarias solicitantes que necessitam dos serviços para realizarem seus trabalhos. A **execução dos serviços será de forma PARCELADA**, e será adotado o critério de adjudicação do objeto por item, pois desta forma se adequara ao planejamento e fluxo orçamentário de cada setor requisitante.



Para melhor acompanhamento dos serviços e redução de custos de deslocamentos, as instalações da contratada, **deverão se localizar a uma distância máxima de 20 km da sede da Prefeitura Municipal de Cataguases.** A exigência referente a localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para a Prefeitura, pois, se a distancia entre a sede do Município e a Contratada for maior que a determinada, a vantagem do “**menor preço POR ITEM**” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota.

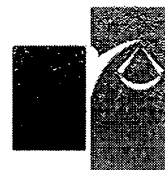
A contratação desse serviço foi realizada uma pesquisa abrangente de mercado, incluindo consulta a licitações similares realizadas por outros órgãos públicos. Desta maneira constatou-se uma media de valor global de **R\$ 122.211,86** (*cento e vinte e dois mil, duzentos e onze reais e oitenta e seis centavos*), de acordo com a cotação acostada para devida análise.

Importante ressaltar que, mediante análise e observância dos documentos apresentados, os recursos do Órgão Gerenciador para despesas decorrentes do objeto desta licitação, correrão à conta das dotações orçamentárias demonstradas abaixo:

CÓDIGO/CENTRO DE CUSTO	AREA REQUISITANTE
07	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
15	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
14	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE/TRÂNSITO
01	GABINETE DO PREFEITO
02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
16	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO (SEDEGI)
04	SECRETARIA DE FAZENDA

Importante destacar que **a licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse,** quando houver mais de um. O **critério de julgamento adotado será o menor preço por item,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. **A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta. (grifo nosso)**

A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para as aquisição **de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei n.º 14.133/2021,** assim:



*Art.6º. Para fins desta Lei, consideram-se: (...)*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, contido no Edital - Anexo I /Termo de Referência, devendo ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

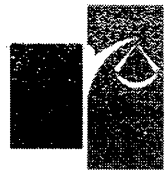
Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgão e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei deixar a critério do administrador a escolhas das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo. De fato, os gestores buscariam contratar com base em critérios pessoais, atendendo a interesses privados.

A exigência de um procedimento licitatório busca contornar esses riscos, por ser um procedimento que antecede o próprio contrato, por meio do qual várias pessoas podem concorrer em igualdade de condições e a Administração Pública pode escolher a proposta mais vantajosa, além de atuar na busca do Desenvolvimento Nacional e evitar a contratação do poder público com valores superfaturados e com sobrepreço. Dessa forma, a licitação é um procedimento administrativo prévio às contratações públicas, realizado em uma série concatenada de atos, legalmente distribuídos, culminando com a celebração do contrato.



O artigo 37 XXI da Constituição Federal determina que os contratos administrativos seja precedidos de licitação pública, bem como o art. 175 da Carta Magna, ao tratar das outorgas de concessões e permissões, também faz referência à obrigatoriedade de licitar, imposta ao ente estatal.

## 2.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

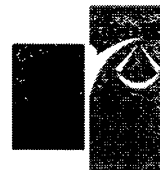
*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. **Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO**. Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

*O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se*



*de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.*

De certo que, em relação à atuação desta Procuradoria Geral do Município, amparada pela Lei Municipal nº 4.424/17, é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas não possuam caráter vinculativo, constituem instrumento em prol da segurança jurídica da decisão a ser tomada pelo administrador público, isto é, a quem é responsável pela avaliação e acatamento (ou não) das ponderações a serem realizadas ao longo do presente parecer.

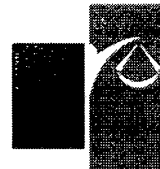
De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. (grifo nosso)

Por outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e*



com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

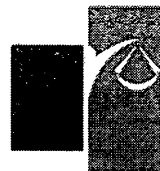
*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.*

**Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Secretaria solicitante para a instauração do processo de contratação, o ETP - Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o TR - Termo de Referência e a minuta do Edital.** (grifo nosso)



Ressalto que o **PCA - Plano de Contratação Anual** não foi acostado junto à solicitação para abertura deste Processo Licitatório. Em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine*:

**Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:**

*VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.*

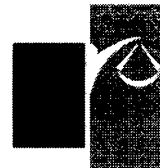
#### **2.2.1 - Da Pesquisa de Preços**

A pesquisa de pregos foi realizada com base nos parâmetros definidos pela IN 65/2021, da Lei 14.133/2021), e foi utilizada a cotação direta com fornecedor e cotação no Painel de Preços do site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, estimando-se os preços unitários e valor total dos itens, estando segue anexo ao processo o Relatório de Cotação extraído, em consonância que atendam critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos de conveniência, economicidade e eficiência.

Vale informar que a quantidade dos itens requisitados estão demonstrados no Termo de Referência acostado em conformidade com a Lei 14.133/2021; não admite a subcontratação do objeto. Ressalto que o fornecimento do objeto será de forma **PARCELADA**.

#### **2.2.2 - Do Termo de referência**

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:



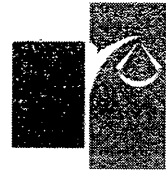
Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

**XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:**  
(grifo nosso)

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos que vierem a ser nomeados pela Administração, a saber:

- Ricardo Luiz Alves de Almeida (**Secretaria de Educação**);
- Carla da Rocha Patrício (**Fundo Municipal de Assistência Social**);
- Jonas de Souza Barbosa (**Fundo Municipal de Saúde**);
- Tiago Viana Gonçalves dos Santos (**Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente**);
- Fabrício Zulato dos Santos (**Fundo Municipal de Trânsito/Transporte / CATRANS**);
- Maria Fernanda Gail (**Secretaria de Administração**);
- Júnia Silveira Barbosa (**Gabinete do Prefeito**);
- Tábatha Moreira Grôpo (**Secretaria de Fazenda**);
- Raphael Ferreira Arqueti (**Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Institucional**).



### **2.2.3 - Do ETP - Estudo Técnico Preliminar**

Por sua vez, o **ETP - Estudo Técnico Preliminar** apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, **encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021.**

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. (grifo nosso)

## **2.2 - Da Minuta do Edital**

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica, contendo quatro anexos. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, **“independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”**. (grifo nosso)

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.compras.gov.br** e **www.cataguases.mg.gov.br**.

Integram este **Edital do Processo Licitatório nº 097/2025**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência  
Anexo II - Modelo de proposta de preços;  
Anexo III - Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços  
Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO  
Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS  
Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PÚBLICO  
Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONÔMICA  
Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.  
Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES  
Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR  
Anexo XII - MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS  
Anexo XIII - Cotação de preços/Mapa analítico  
Anexo XIV - Estudo técnico preliminar (ETP)  
Anexo XV - Decreto 5.811/2023 (IR)  
Anexo XVI - Termo de referência e demandas  
Anexo XVII - Relação dos itens no Compras Governamentais  
Anexo XVIII - Lei 4.853/2022  
Anexo XIX - Lei 4.971/2023  
Anexo XX - Parecer jurídico abertura

### **2.3 - Da Minuta do Contrato**

Se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em Contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

*Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

*I - dispensa de licitação e razão de valor;*

*II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.*

**§1º. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto o art. 92 desta Lei.**

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro. (grifo nosso)



Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da Lei 14.133/2021, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o **objeto se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado**, atendendo o disposto no inciso XIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. (grifo nosso)

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “**menor preço por item**”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento. (grifo nosso)

#### **2.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.



### **3 - DO PARECER**

Considerando a justificativa plausível e necessária por parte do Setor de Compras / Secretaria de Fazenda em atendimento à solicitação das diversas *Secretarias da Prefeitura*, buscando a eventual contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e higienização de veículos para atender às demandas de diversas secretarias da Prefeitura de Cataguases-MG.

Os documentos acostados, estão em conformidade com o Edital trazido para apreciação e análise prévia, sendo considerado a “lei” interna da licitação, donde define tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Importante frisar que Edital não é LEI, mas sim, um ato administrativo submisso à lei, devendo ser formulado de acordo com as disposições legais, o que consta deste apresentado.

No mais, cumprе ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

### **4 - CONCLUSÃO**

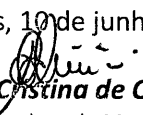
Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 097/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 487/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

Salvo melhor juízo. É o Parecer.

Cataguases, 10 de junho de 2025.

  
**Elaine Cristina de Oliveira**  
Procuradora do Município  
OAB-MG 137.994